

I seminário nacional

hISTÓRIA e
PaTRIMÔNIO
CULTURAL

GT ANPUH Brasil

ANAIS DOS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

**A História e o campo do patrimônio:
desafios e perspectivas**

3 a 7 de outubro de 2016 | Porto Alegre - RS

I seminário nacional

hISTÓRIA e
PaTRIMÔNIO
CULTURAL

GT ANPUH Brasil

Porto Alegre, 3 a 7 de outubro de 2016

Anais dos simpósios temáticos

**A História e o campo do patrimônio:
desafios e perspectivas**

Evento organizado por

**GT Nacional História e Patrimônio Cultural/ANPUH BRASIL
e Curso de Museologia/UFRGS**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação**

Porto Alegre, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Rui Vicente Oppermann
Vice-Reitor

Viviane Carrion Castanho
Diretora da Biblioteca Central

Organização

Zita Rosane Possamai e Fernanda Albuquerque

Diagramação

Clara Eloisa Ungaretti

Projeto Gráfico

Vanessa Vellozo

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
BIBLIOTECA

S47198 a Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural (1. : 2016 out. 3-7 : Porto Alegre, RS)

Anais dos simpósios temáticos... / Organizado por GT Nacional História e Patrimônio Cultural ANPUH Brasil e Curso de Museologia da UFRGS; organização: Zita Rosane Possamai e Fernanda Albuquerque – Porto Alegre : Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2017.
p. 817

ISBN 978-85-9489-044-3

1. Patrimônio cultural - Eventos. 2. História - Eventos I. Possamai, Zita Rosane (Org.). II. Albuquerque, Fernanda. (Org.). III. Título.

CDU: 930.85

**“DE ACORDO COM A MODERNA PEDAGOGIA”: AS LIÇÕES, AS
COISAS E A MATERIALIDADE NA INSTRUÇÃO PÚBLICA GAÚCHA
(1891-1928)¹**

Cristiane I. V. Miglioranza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

crismiglio@hotmail.com

Zita Rosane Possamai

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

zitapossamai@gmail.com

RESUMO

Este trabalho propõe a análise da cultura material escolar e da cultura visual escolar a partir dos objetos de ensino e mobiliário adquiridos, fabricados e distribuídos pela Inspetoria Geral da Instrução Pública às escolas durante os primeiros anos da República no Rio Grande do Sul. Na convergência temática entre Educação e Museus, explora o conteúdo dos relatos dos inspetores gerais, cotejando-os com outras fontes documentais (leis, decretos e catálogos de produtos) e com bibliografia especializada. Aponta para a preocupação, seguida de ação, em aparelhar e prover as escolas com as novidades do então embrionário mercado de produtos educativos, tendo em vista a “civilização” da população. Assinala a atenção dos profissionais técnicos do Estado às exposições pedagógicas nacionais e internacionais e às práticas utilizadas na América do Norte e Europa. Conclui que houve a criação de soluções econômicas e logísticas para a manutenção do fornecimento do material às escolas e distingue, entre elas, a montagem e a distribuição de mil coleções – que podem ser chamadas de “museus escolares” – com amostras de minerais, rochas e solos encontrados no Estado; a fabricação contínua de mobiliário pelas oficinas da Casa de Correção; e a adaptação e edição de livros mais de acordo com realidade regional e com a política positivista, como é o caso de cartilhas e de alguns compêndios de História e Geografia.

Palavras-chave: Instrução Pública. Cultura Material Escolar. Cultura Visual Escolar. Rio Grande do Sul.

¹ Pesquisa com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Utilizando-se das noções de cultura escolar, cultura material e cultura visual, este trabalho aborda a reelaboração do ensino público no Rio Grande do Sul após a Proclamação da República e suas imbricações com a “moderna pedagogia”, identificada com o Método Intuitivo² e sua estratégia de ensino, a lição de coisas. A perspectiva aqui apresentada é fruto de pesquisa nos relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e do Exterior entre os anos 1891 e 1928³, cujo conteúdo foi cotejado com informações obtidas em outras fontes (leis, decretos, catálogos produtos e bibliografia especializada).

Ao abordar a cultura escolar como objeto histórico, Dominique Julia reforça a importância da análise a partir de um contexto maior, do qual fazem parte as relações com outras culturas, sejam elas religiosas, sociopolíticas ou de socialização (JULIA, 2001, p.10). A cultura escolar abarcaria, assim, as normas relativas aos conhecimentos a ensinar e às condutas a inculcar e as práticas para a transmissão de conhecimentos e a incorporação de comportamentos, conforme as épocas.

Partindo desta concepção abrangente, as noções de *cultura material escolar* e *cultura visual escolar* permitem circunscrever universos específicos relacionados a uma variedade de artefatos e imagens que tomam parte na vida dos sujeitos em seus momentos de formação. Por cultura material, entende-se:

[...] um conjunto de artefactos, que remetem para as formas repetitivas e comuns da produção da vida: a procura da subsistência, as formas de organização elementares, as relações e os gestos do trabalho, as simbolizações que dão lugar, com expressões ritualizadas, o desenvolvimento de um conjunto de normas, valores e a transmissão de saberes aos mais novos, segundo a divisão social do trabalho. (FELGUEIRAS, 2005, p. 88).

2 O Método Intuitivo, sua estratégia de ensino – a lição de coisas –, a Instrução Pública no Rio Grande do Sul e sua relação com o Museu Julio de Castilhos já foram abordados por Possamai em outros trabalhos, entre eles os publicados em 2014, na revista *Varia História*, e em 2012, nos Arquivos Analíticos de Políticas Educativas. Ambos foram ponto de partida para este artigo.

3 Os quais contêm os Relatórios da Inspeção Geral da Instrução Pública. Acervo do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

Entretanto, nem sempre é possível dispormos dos elementos materiais produzidos pela cultura escolar ao longo do tempo. Mesmo os acervos preservados em instituições educacionais são objetos mudos que pouco dizem ao pesquisador incapaz de indagá-los sobre os sentidos por eles produzidos. Inserir esses objetos em uma “dimensão visual presente no todo social” (MENESES, 2005) é uma alternativa na busca por uma interpretação histórica mais reveladora. Para tanto, este trabalho se apoia na concepção proposta por Possamai de uma “escola desejada”, construída em imagens conforme os ideais de progresso social, científico e econômico do positivismo gaúcho. A noção de cultura visual escolar (Possamai, 2015) sugere uma mirada para o visual e para a visualidade segundo as ideias de Meneses, Knauss e Hernandez:

A partir do proposto por Meneses (2005) como *visual* – compreendido pelos sistemas visuais da sociedade e as instituições que os produzem –, aqui interessa abordar as instituições educacionais, especialmente a escola, como produtora, conformadora e agenciadora de visualidades instituídas por uma cultura escolar que se configura, sobretudo, no espaço escolar, desde o desenho arquitetônico dos edifícios, passando pela visualidade impingida aos estudantes nos modos de vestir-se, portando uniformes, e de locomover-se em filas, até a disposição da cultura material (mobiliários, artefatos pedagógicos, livros e cadernos) em sala de aula. Essa visualidade particular configura uma determinada cultura visual escolar, inserida na cultura visual (Knauss, 2006; Hernandez, 2000) mais ampla e circunscrita à cultura da escola e intimamente imbricada com a cultura material produzida por essa, uma vez que a imagem visual não se dissocia dos suportes pelos quais circula, seja na escola, seja para fora desta, adentrando os lares dos sujeitos envolvidos ou configurando veículos de divulgação e documentação, tais como os relatórios oficiais [...]. (POSSAMAI, 2015, p. 132)

A CHEGADA DA “MODERNIDADE PEDAGÓGICA” AO RIO GRANDE

O primeiro levantamento analisado sobre o ensino público no Rio Grande do Sul integra as poucas páginas do relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1891 e apresenta o quadro encontrado pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR) quando da Proclamação da República. Em 15 de novembro de 1889 havia 685

aulas públicas, discriminadas em três graus – 3º (19 aulas); 2º (34 aulas) e 1º (632 aulas) – com estimativa total de 15.120 matriculados. Essa situação muda em 9 de setembro de 1891, quando um ato do governo provincial anula os programas de 2º e 3º graus e todas as aulas acabam pertencendo ao 1º grau⁴.

O relatório de 1893 mostra as mudanças operadas na Instrução Pública a partir desse quadro inicial e num período de dois anos. Sob a direção de João Abbot e administração interina de J. P. Henrique Duplan, o número de aulas públicas providas aumenta para 747, em um total de 839 existentes. No mesmo período, a Escola Normal relata 187 matriculados: 93 no Curso Preparatório, 37 no primeiro ano do Curso Normal, 39 no segundo ano e 18 no terceiro ano.

Em 1894, João Abbot passa a secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior (1894-1904). Antes disso, em 1893, ele projeta a divisão do território do Estado em três zonas escolares, sob a responsabilidade de um corpo fiscal composto de nove membros, três em cada zona, “de modo a exercerem permanente fiscalização”⁵; com a classificação das aulas em quatro entrâncias. Cabia aos inspetores, muito mais do que o trabalho de suporte às escolas e aos professores, relatar à Inspetoria da Instrução Pública qualquer irregularidade ou dissonância com os princípios positivistas aplicados ao projeto educacional. Conforme Solon Viola:

O positivismo que serviu aos governantes sulinos como fonte ideológica para projetar o desenvolvimento econômico e a frequente inserção no projeto de modernização serviu, também, para estabelecer as diretrizes educacionais das escolas públicas. Projetos de educação e de modernidade que estavam atrelados, fundamentalmente, aos princípios de uma sociedade baseada em uma economia de progresso e em uma

4 A Lei Provincial 14, de 1837, promulga o regulamento de instrução pública da Província do Rio Grande do Sul. Este é modificado em 1842 e reformulado em 1855, levando, em 1857, à divisão do sistema de ensino em escolas primárias de primeiro e segundo grau. (TAMBARA; ARRIADA, 2012, p. 80-82).

5 Conforme explicado por João Abbot na página 89 do Relatório da Instrução Pública de 1893. Ver RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Presidente do Rio Grande do Sul em 15 de setembro de 1893 pelo Secretário de Estado interino dos Negócios do Interior e Exterior, Possidonio M. da Cunha Junior. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1893.

educação geradora de homens íntegros, disciplinados e úteis. A proposta educacional dos governantes rio-grandenses influenciados pelo positivismo assume princípios educacionais voltados para a formação da cidadania, a formação da moral regeneradora, do projeto de inserção social dos trabalhadores, e a formação cultural enciclopédica da população. (VIOLA, 1998, p. 183).

Sendo assim, o Estado, desde os primeiros anos de regime republicano, se coloca como responsável pelo provimento do material necessário à realização das aulas públicas. Em 1893, o secretário Cunha Jr. apresenta uma listagem dos materiais fornecidos: “livros, papel, tinta e mais objetos necessários ao expediente do ensino nas escolas públicas, de acordo com a prorrogação do respectivo contrato celebrado com Rodolpho José Machado” (RIO GRANDE DO SUL, 1893, p. 11). Itens destinados a todas as escolas de Porto Alegre, Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, Jaguarão, Santa Maria, Cachoeira, Rio Pardo, Santa Cruz e São João Batista de Camaquã.

A questão do material de ensino passa a ser motivo de maior atenção a partir de 1896, quando o novo inspetor geral da Instrução Pública, Manoel Pacheco Prates, sugere que o Estado substitua os livros utilizados nos primeiros anos escolares por mapas murais, uma medida mais econômica e mais de acordo com a “moderna pedagogia”, relacionada com o Método Intuitivo e com a lição de coisas. A partir da lei que trata da reforma da Instrução Pública no Estado de São Paulo⁶, Prates redige seu primeiro projeto de reforma para a Instrução Pública gaúcha, prevendo a centralização da aquisição de mobiliário e material escolar na própria Inspetoria, atividade até então realizada pelo Tesouro do Estado.

O Decreto n. 89, de 2 de fevereiro de 1897, reorganiza o ensino público primário do Rio Grande do Sul e determina, conforme as instruções do programa do ensino primário elaborado por Prates⁷, a adoção do “método intuitivo e prático” e de “todas as importantes conquistas da moderna pedagogia”, com vistas à instituição de um “sistema uniforme de educação racionalmente aplicado”. A redação

6 SÃO PAULO. Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892.

7 RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbot, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de Julho de 1897. Porto Alegre: Oficinas a Vapor da Livraria Americana, 1897.

do programa foi inspirada em experiências levadas a cabo nos Estados Unidos e na Argentina. Conforme relato de Manoel Pacheco Prates:

Quanto à parte pedagógica, foram consagradas as mais importantes conquistas pela moderna pedagogia. Nas instruções, guiei-me tanto quanto me foi possível pela legislação norte-americana, vantajosamente aplicada na República Argentina; tive o cuidado de fazer as profundas modificações exigidas pelo nosso meio e pela Constituição do Estado. (RIO GRANDE DO SUL, 1897, p. 404-407).

Na Reforma, Prates retoma uma ideia já anunciada no relatório de 1896: a de substituir os livros utilizados em sala de aula por mapas murais. Para isso, ele sugere que o Estado obtenha os direitos de edição e de reprodução dos mapas murais, da *Cartilha Maternal e do Livro de Deveres dos Filhos*, do educador português João de Deus⁸.

Em 1898, Prates solicita verba à Assembleia dos Representantes para a aquisição de globos geográficos, mapas, coleções de cadernos de desenho, coleções próprias para lições de coisas e sólidos geométricos, que seriam fornecidos somente às aulas cujos professores tivessem competência reconhecida⁹ para trabalhar com o Método Intuitivo. A logística de distribuição do material de ensino às escolas se dava da seguinte forma: os professores enviavam seus pedidos aos inspetores regionais e estes realizavam as modificações que julgavam convenientes. Então, era organizado um mapa geral

8 Medina (2012) ressalta que a importância dada à metodologia desenvolvida pelo poeta lírico português a partir da edição – muito popular – da *Cartilha Maternal* em 1876, a fez precursora de inúmeras publicações de caráter didático em Portugal e no Brasil. A autora destaca, inclusive, o *Segundo Livro de Leitura*, adaptação editada pela Livraria Selbach de Porto Alegre, de J.R. Fonseca e Cia., uma das empresas que figura entre as fornecedoras do Estado nos Relatórios da Instrução Pública. O livro atingiu, pelos menos, a 10ª edição. O item analisado por ela, obtido em sebo, trazia 20 lições curtas e em letras grandes, não possuía exercícios, apresentava gravuras ilustrativas em branco e preto no início de cada texto e possuía capa em material cor de rosa, com uma bandeira do Brasil estampada entre o título e o nome da editora. (MEDINA, 2012, p.126).

9 Os planos apresentados por Prates para a instituição de um ensino público centralizado e com fins civilizatórios envolviam não apenas a instituição de uma pedagogia de ensino, mas também a qualificação de professores em instituições do próprio Estado. Os profissionais poderiam ser incorporados ao sistema de ensino após sua formação, por meio de concurso público.

com os nomes dos professores e o material necessário para cada escola, a partir do qual eram realizadas as remessas, cujo recibo deveria ser assinado pelo professor solicitante na fatura que acompanhava o fornecimento.

No relatório do inspetor geral datado de 1º de junho de 1899 encontra-se uma listagem das obras e dos objetos recebidos pelo almoxarifado da Instrução Pública e distribuídos, até aquele ano, às escolas. Os livros: *Cartilha Samorim*; *Segundo Livro Samorim*; *Terceiro Livro de Leitura – Na terra, no mar e no espaço* e *Quarto Livro de Leitura – Pátria e dever*, de Hilário Ribeiro; *Seletas*, de Alfredo Pinto; *Cartilha João de Deus*; *Deveres dos Filhos*, de João de Deus; *Primeira e Segunda Aritmética*, de Souza Lobo; *Corografias*, de Henrique Martins; geografias de Souza Lobo e de Henrique Martins; *História do Brasil*, de João von Frankenberg; *História do Rio Grande do Sul*, de João Maia; gramáticas de Bibiano de Almeida; *Catequismos*, do Dr. Lacerda; *Cânticos Infantis*; e *Lições de Coisas*, do Dr. Saffray. Os objetos: livros em branco de 50 folhas, resmas de papel pautado, resmas de papel liso, coleção de translados, canetas de madeira e de latão, lápis Faber, caixas de penas, tinteiros de vidro para as classes e para o professor, régua métrica, tinta (litros), lápis de pedra, quadros de ardósia, caixas de giz, esponja (quilos), campainhas, talhas para água, canecas de ágata, cadernos de papel mata-borrão e urinóis em ágata e louça.

Mesmo contendo muitos itens considerados desatualizados por Prates, como é o caso de *Lições de Coisas* do Dr. Saffray, levou algum tempo para que o estoque do almoxarifado da Instrução Pública pudesse ser atualizado de acordo com a “moderna pedagogia” instituída como método no Decreto n. 89, de 1897. No ano de 1898, o inspetor geral solicita recursos à Assembleia dos Representantes para a aquisição de globos geográficos, mapas, coleções de cadernos de desenho, coleções próprias para lições de coisas e sólidos geométricos. Em 1900, ele explica ao secretário dos Negócios do Interior e do Exterior, João Abbot, o porquê da demora em convocar uma concorrência pública para a aquisição do material de ensino intuitivo: o preço elevado dos objetos, todos de fabricação estrangeira. Dois anos depois, Prates reitera a necessidade de mais verbas para a aquisição de livros e de materiais, como o mapa do Brasil de Lefebvre e os mapas de figuras geométricas de Ezequiel Benigno de Vasconcellos Junior, reforçando o intuito de distribuí-los às 903 escolas elementares então existentes.

Em 1906, o médico e sanitarista Protasio Alves é empossado secretário estadual dos Negócios do Interior e Exterior. O decreto n. 874, de 28 de fevereiro daquele ano, elaborado a partir do trabalho de Manoel Prates, dá novo regulamento à Instrução Pública e suprime os Colégios Distritais, substituídos pelas Escolas Complementares, instituições com a dupla finalidade de ministrar o ensino complementar a todos que o desejassem e de preparar profissionais para o exercício do magistério.

Seguindo os planos traçados para a Instrução Pública, Alves informa ao governador Borges de Medeiros a encomenda, em 1907, de “aparelhos apropriados”, entre eles, os “mapas murais para o ensino de leitura às classes elementares pelo método clássico João de Deus”¹⁰. Há, ainda, o início de um movimento para substituição do mobiliário das escolas, julgado em desacordo com as prescrições da ciência. Para isso, ele manda fabricar nas oficinas da Casa de Correção de Porto Alegre bancos e classes com várias alturas. Também encomenda duas mil carteiras acompanhadas dos bancos à empresa American Seating Company¹¹, sediada nos Estados Unidos.

Em seu relatório seguinte (1908), Protásio Alves afirma:

A higiene escolar tem melhorado. Desapareceu das escolas da Capital aquele anacrônico mobiliário, que foi substituído por elegantes carteiras adaptáveis à altura das crianças. Mandei cessar a distribuição de classes, como se fazia, de tamanho uniforme. (RIO GRANDE DO SUL, 1908, p. 10).

10 RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 15 de setembro de 1907. Porto Alegre: Typographia D'O Debate, 1907. p. 11.

11 Empresa cujas atividades iniciaram em 1886 e que continuam até hoje. Seu primeiro produto foi a cadeira-escrivania escolar de ferro fundido e madeira de maple, combinação que revolucionou o mobiliário escolar. Site oficial: <http://www.americanseating.com/>

No ano de 1910, eram fornecidos pelas oficinas da Casa de Correção – que não estava conseguindo atender completamente os pedidos por conta da demanda – mesas, estrados, armários, classes, bancos, cadeiras de braço, cadeiras simples, planos para cálculo, escudos, cabides. A lista¹² com as quantidades distribuídas e as cidades beneficiadas está na página 171 do Relatório da Instrução Pública apresentado por Manoel Pacheco Prates, que permanece como inspetor geral até 1911, quando assume a cátedra de Direito Civil na Academia de Direito de São Paulo¹³. Ele é substituído na chefia da renomeada 3ª Diretoria da Repartição Central pelo funcionário Fernando de Albuquerque Gama, conforme o Decreto n. 1746, de 25 de julho de 1911.

Sob a administração de Protasio Alves é encontrada uma alternativa mais viável aos cofres públicos para abastecer as escolas do que a importação: a (re)produção local a partir de modelos internacionais. Atividade que não ficou restrita apenas ao mobiliário e objetos, mas que se estendeu aos livros, entre eles os editados pela Livraria Selbach de Porto Alegre, como é o caso da *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura – Método João de Deus* e do livro *História do Brasil*, de João von Frankenberg. As normas para edição de livros escolares e de leitura, entre elas linguagem, abordagem, impressão, material, acabamento e encadernação, estão contidas no relatório de 1913, páginas VI a VIII.

No período de 1911-1912, Alves organiza um “tombamento do mobiliário escolar do Estado” (RIO GRANDE DO SUL, 1912, p. IX), documento que estaria em posse de sua Secretaria, mas que não integra os relatórios pesquisados. No relato de 1912, ele registra a entrega de três mil carteiras duplas, “tipo Triumph”¹⁴, da American Seating Company, a 15 colégios elementares (Bagé, Canguçu, Arroio

12 Quadro das requisições de móveis feitas, por ofício, à Casa de Correção. In: RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 8 de setembro de 1910. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1910. p. 171.

13 Conforme obituário publicado na Revista da Faculdade de Direito da USP_v. 34, n. 3 (1938).

14 As carteiras duplas importadas pelo Estado seguiam o modelo em que o assento trazia anexado em suas costas uma mesa para duas crianças. O móvel que serviu de inspiração para a American Seating Company para criação deste produto se chamava Triumph e pode ser visto no catálogo da empresa A. H. Andrews, de Chicago, disponibilizado pelo Smithsonian em <http://americanhistory.si.edu/blog/2013/07/students-stay-in-your-seats-improving-19th-century-school-desks.html>.

Grande, Santa Maria, Rio Pardo, Santa Cruz, Taquari, Bento Gonçalves, São Sebastião do Caí, São João de Camaquã, São Jerônimo, Encruzilhada, Passo Fundo, Caxias, São João do Montenegro) e a escolas urbanas de nove cidades (Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Uruguaiana, Itaqui, Quaraí, São Borja, Santana do Livramento). A partir desse modelo, considerado revolucionário para a época, Alves envia ordem à Casa de Correção para a fabricação de similares em madeira e ferro batido.

Em relação às novas aquisições para as escolas, ele avisa da chegada, juntamente com o mobiliário importado dos EUA, de globos para o estudo de cosmografia e de telas verdes para substituir os quadros negros. Com a remessa de material escolar comum, todas as instituições de ensino recebem cartas geográficas do Estado e do Brasil (edição Olavo Freire, ginásial, comprados por encomenda de Francisco Alves & Cia.¹⁵). No ano seguinte (1913), elas são beneficiadas com cartas geográficas das cinco grandes partes do mundo, editadas em português pela Casa Jablonski¹⁶, da França.

O período de 1911-1912 trouxe ainda outras inovações na Instrução Pública, como a montagem das mil coleções escolares, com 130 exemplares cada, pelo Museu Julio de Castilhos (POSSAMAI, 2012, p.10). Encarregado pelo inspetor geral Fernando Gama para coordenar a atividade, o diretor Francisco Rodolfo Simch confecciona museus escolares¹⁷ com:

15 Livreiro Francisco Alves & Cia., Rio de Janeiro. Companhia surgida na década de 1890 como Livraria Clássica de Alves & Cia e considerada a principal editora de livros escolares do Brasil na época. (RAZZINI, 2004).

16 Também conhecida Livreiro Louis Jablonski, sediada em Paris. Jablonski e seu editor associado, Charles Vogt, publicavam várias obras pedagógicas, inclusive sobre o Brasil. Entre estas, a série “Ensaio de leitura para uso nas escolas da Amazônia”, em três volumes, conforme o curso primário da época, escrita por Joaquim Freitas, cuja 20ª edição saiu em 1898. (FIGUEIREDO, 2008, p. 34).

17 Termo atribuído às coleções montadas pelo Museu Julio de Castilhos, conforme definição de “museu escolar” como um termo polissêmico por PETRY e SILVA (2013), pois varia de sentido conforme o contexto em que é encontrado. A partir de pesquisa sobre este tipo de iniciativa em Santa Catarina, elas identificam seis aproximações para o termo: museu escolar, museu pedagógico, abrigo das coleções, museu em sala de aula, espaço físico especialmente destinado, e instituição dentro da escola.

[...] exemplares dos minerais mais comuns ao Estado, fragmentos de pedras, terra em frascos de vidro, com as discriminações próprias, a fim de serem distribuídos aos alunos de nossas escolas para que possam ter conhecimento rudimentar de mineralogia.
(RIO GRANDE DO SUL, 1912, p. 230).

A produção local de museus escolares para lições de coisas não é uma solução inédita. Na Argentina, cujas práticas inspiraram algumas das mudanças no ensino do Rio Grande do Sul, há iniciativas empreendidas pela necessidade de se ter material didático mais próximo à realidade local, como o Museo Escolar Argentino ou Museu Scalabrini (1880-1900), de Pedro Scalabrini; o Museo Escolar Nacional (1895), de Guillermo Navarro; e o Sistema Prático de Museus Escolares (1908), de Carlos M. Biedma. Propostas que originaram instituições como o *Museo Pedagógico de la Provincia* de Buenos Aires, o *Museo Popular-Escolar de Las Conchas* e o *Museo Escolar Sarmiento* (GARCÍA, 2014).

Até o fim da gestão Borges de Medeiros, em 1928, Protásio Alves segue relatando a compra, fabricação e entrega constante de mobiliário e de material de ensino para as escolas públicas. Em seu balanço de 1927 ele afirma que:

Foi com regularidade e cuidadosamente fornecido o material escolar aos estabelecimentos públicos, não obstante verificou-se que a verba votada para esse fim foi deficiente. O material é distribuído em face de pedido para cada estabelecimento que o faz, tendo em vistas as sobras e a matrícula de alunos pobres. O considerável aumento do número de estabelecimentos de ensino e frequência dos que vêm funcionando de anos anteriores tem determinado necessidades de mobiliário acima da produção possível pelas oficinas da Casa de Correção, de sorte que se torna necessária a aquisição de móveis para o fornecimento.
(RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. XX).

No entanto, é seu sucessor, Osvaldo Aranha, quem apresenta ao novo presidente do Estado, Getúlio Vargas, um balanço da educação pública sob o ponto de vista ideológico do PRR, abrangendo desde a instituição da República até o último dia de Protásio Alves como secretário dos Negócios do Interior e Exterior:

Conseguimos assim, distribuir um ensino útil, fecundo, intuitivo e uma educação física, cívica, higiênica e social. Não ensinamos a ler, mas a saber, a viver e a trabalhar. Cada criança que esta escola integrar na vida social será um potencial de trabalho e de progresso imensamente reprodutivo, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista financeiro. (RIO GRANDE DO SUL, 1928, p. 33).

E, a partir das lições recebidas de Protasio Alves e em continuidade ao trabalho de seus antecessores, Aranha sugere medidas para um plano sistemático de reformas e de ação, como a criação da Diretoria da Instrução Pública; a reforma do ensino complementar, com criação de novas escolas introdutórias e para formação de professores; o aumento da verba para o material escolar e a criação da Revista do Ensino, entre outras medidas.

A SALA DE AULA COMO IMAGEM DO PROGRESSO

As imagens fotográficas constituem-se em documentos ricos para se apreender a cultura material da escola, sendo ela mesma produto da cultura visual escolar. Apesar de ricos em tabelas, mapas e gráficos, os Relatórios da Instrução Pública possuem poucos registros fotográficos. A única série de fotografias ilustrativas da escola pública e de suas atividades integra o volume relativo ao ano de 1924, não possui assinatura do fotógrafo e está apresentada no formato foto/legenda, com uma imagem por página. As imagens têm o objetivo de documentar os avanços realizados pelo governo do PRR a partir da adoção de novidades e tendências identificadas com a “moderna pedagogia” pelos gestores da Instrução Pública.

Para a perspectiva apresentada neste trabalho, foi selecionada uma fotografia de sala de aula, escolhida por seu propósito documental e ilustrativo e também pelo caráter representativo da interação de alunos e professores com os objetos de ensino e o mobiliário. O conceito “escola desejada” é usado aqui conforme proposto por Possamai, apresentando a ideia de uma “educação científica, racional e moderna, dentro do desejo republicano” (POSSAMAI, 2009, p. 940), cujas ideias recebem reforço por meio da representação fotográfica, feita de forma a construir a imagem de uma escola-monumento.

Trata-se de uma aula prática do Colégio Complementar de Porto Alegre, instituição definida como “escola modelo” por Protásio

Alves já no início de sua gestão como secretário:

A [escola complementar] que foi localizada em Porto Alegre, dotada de casa própria e de outros melhoramentos, que espero em breve ver realizados, será verdadeira escola modelo. Estão já encomendados aparelhos apropriados para que tenha o mais completo ensino. O ilustrado diretor, logo que receber os mapas murais, iniciará pessoalmente o ensino de leitura às classes elementares pelo método clássico João de Deus, incomparável quando bem aplicado, o que até agora aqui não se tem feito. Essas lições serão assistidas pelos alunos do curso superior, que se destinam ao magistério e vão às aulas elementares aprender a técnica magistral. (RIO GRANDE DO SUL, 1907, p. 11).

Na imagem, estudantes em preparação para o magistério estão em frente a uma classe de crianças e observam a metodologia empregada para educá-las. Em relação à materialidade escolar, percebe-se o ambiente amplo e iluminado, os conjuntos de bancos e carteiras “tipo Triumph” e um sistema de lousas intercambiáveis. As crianças, todas uniformizadas, têm suas mesas vazias e se posicionam todas da mesma forma. As normalistas tomam nota, enquanto o foco está na atuação da professora da classe.



Figura 1 - “Colégio Complementar – Capital. Aula Prática.” Sem assinatura.

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 6 de setembro de 1924. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'A Federação, 1924. Acervo do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

A partir da análise da fotografia, nota-se a “fabricação” com o propósito de mostrar/registrar a existência de ordem, regras, método e limpeza na Instrução Pública, ou seja, de documentar a escola desejada. Isso é percebido pela uniformização das crianças, não apenas nas roupas e nos laços de cabelo das meninas, mas também em suas posições. As professoras e normalistas, por meio de sua postura, participam da encenação, fingindo desinteresse pela câmera que documenta sua atividade (exceto por uma das normalistas, que olha diretamente para o fotógrafo e acaba por captar o olhar do observador da imagem).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a leitura dos relatórios, muitas são as referências às práticas utilizadas nos Estados Unidos, na Europa, na Argentina e no Uruguai (país ao qual foi enviada uma comitiva de professores gaúchos em 1913¹⁸), além da comparação entre a realidade regional com a de outros Estados, como São Paulo e Rio de Janeiro. Entre estas referências, a remodelação da instrução pública e do estudo da tradição nacional na Alemanha, citado por Manoel Pacheco Prates como modelo “unidade de direção do ensino” (RIO GRANDE DO SUL, 1897, p.403). Percebe-se que houve atenção às novidades apresentadas em exposições pedagógicas nacionais e internacionais e que, a partir disso, se tentou trazer a modernidade prometida pelo nascente mercado de produtos escolares para o projeto de educação pública ainda nos seus primeiros anos de implementação.

Ao abordar o status da pesquisa sobre a cultura escolar, Margarida Louro Felgueiras (2005) aponta para a necessidade de investigação histórica e de cuidados específicos em relação à materialidade gerada pela atividade educativa. Ela salienta que, mesmo a instituição escolar sendo construída ao longo de sua trajetória como objeto material e imaterial, uma perspectiva de análise a partir do interior da escola, considerando-o um patrimônio a ser integrado na transformação dos contextos escolares, e da relação da docência com a cultura ainda é pouco adotada. O inventário deste patrimônio é o primeiro passo para que ele seja conhecido, divulgado e estudado. Neste sentido, a Museologia teria muito a contribuir para o processo de conservação/comunicação de uma herança subestimada.

18 Os relatórios completos dos membros da comitiva sobre suas visitas a escolas uruguayas e ao Museu e Biblioteca Pedagógicos deste país constam do Relatório da 3ª Diretoria apresentado pelo diretor Fernando de A. Gama em 30 de junho de 1914.

Em relação à instrução pública no Rio Grande do Sul e à cultura material gerada pela atividade educativa local, ainda há mais a ser pesquisado, principalmente no que diz respeito às memórias sociais envolvidas, às representações e imaginários e às remanescências materiais, cujo ponto de partida poderia ser o próprio acervo do Museu Julio de Castilhos. Um trabalho voltado – e por que não – à constituição de um acervo específico da educação pública, não apenas para documentar normas e práticas, mas também para ressaltar sua construção enquanto projeto e elemento na construção da sociedade e da autoestima de seus sujeitos, sobretudo alunos e professores. Ainda há muito a ser inventariado, encontrado, estudado e revelado. O tesouro é rico, só precisa ser desencavado.

REFERÊNCIAS

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar: A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Proposições**, v.16, 1 (46), p. 87-102, jan/abr 2005. Disponível em <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/46-dossie-felgueirasml.pdf>. Acesso em 24/05/2016.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A memória modernista do tempo do Rei: narrativa das guerras napoleônicas e do Grão-Pará nos tempos do Brasil Reino (1808-1831). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 25-41. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/revista_agcrj_pdf/revista_cidade_familia%20real.pdf. Acesso em 04/03/2016.

GARCÍA, Susana V. Lecciones “Objetivadas” Y Museos Escolares en la Argentina del Centenario. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Vol. III, nº5, maio/junho de 2014. p. 75-93.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.1, n.1 [1], p. 9- 43, jan/jun 2001. Disponível em <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>. Acesso em 24/05/2016.

MEDINA, Camila Beltrão. **Lições de coisas e sua transposição para livros de leitura brasileiros (1907-1945)**: a história da educação pela clivagem do impresso. Tese (Doutorado em Educação). Universidade

de São Paulo. 2012. 251 p.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma “história visual”. In: MARTINS, José de Souza, ECKERT, Cornélia & NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2005. Cap. 2.

PETRY, Marília Gabriela; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Museu escolar: sentidos, propostas e projetos para a escola primária (séculos 19 e 20). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 17 n. 41 Set./dez. 2013, p. 79-101. ISSN 1414-3518.

POSSAMAI, Zita Rosane. A cultura fotográfica e a escola desejada: considerações sobre imagens de edificações escolares – Porto Alegre (1919-1940). Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 2º, 12, 13 e 14 de maio de 2009, Londrina (PR). **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p. 930-948. Disponível em http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Possamai_Zita%20Rosane.pdf. Acesso em 04/08/2015.

_____. A grafia dos corpos no espaço urbano: os escolares no álbum Bigrafia duma Cidade, Porto Alegre, 1940. **História da Educação** (Online), Porto Alegre, v. 19 n.47 Set./dez. 2015, p. 129-148. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/46286>. Acesso em 04/08/2015.

_____. Colecionar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903-1925). **Varia História** (UFMG. Impresso), v. 30, p. 365-389, 2014. Disponível em http://www.academia.edu/8591073/Colecionar_e_educar_o_Museu_Julio_de_Castilhos_e_seus_p%C3%BAblicos_1903-1925_. Acesso em 23/09/2015.

_____. “Lição de Coisas” no Museu: o Método Intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 20 (43), 2012. ISSN 1068-2341. Disponível em <http://epaa.asu.edu/ois/1124>. Acesso em 23/09/2015.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregório. A Livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo. SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE O LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1, 2004, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. Traz também histórico da implantação da educação pública em SP e do uso de lições de coisas. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/31043536594932454861525103147235267229.pdf>. Acesso em 04/03/2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 89, de 2 de Fevereiro de 1897.** In: _____. Leis, atos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 1897. Porto Alegre: Oficinas Typographicas de Echenique, 1897. p. 162-201. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100091>. Acesso em janeiro de 2016.

_____. **Decreto nº 1746, de 25 de julho de 1911.** Porto Alegre, 1911.

_____. **Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e do Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 1891-1928. Acervo do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

SÃO PAULO. **Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892.** Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64173>. Acesso em 11/12/2015.

TAMBARA, E. A. C.; ARRIADA, Eduardo. A cultura escolar material, a modernidade e a aquisição da escrita no Brasil no século XIX. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 73-88, jan./abr. 2012. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/faced/article/view/10352/7543>. Acesso em 18/08/2016.

VIOLA, Solon. As propostas educativas das escolas públicas no início do século. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Revisitando o Positivismo.** Canoas: La Salle, 1998. p. 183-196.